

Neoliberalismo e crise do trabalho em moçambique:  
O caso da indústria do caju

---

André Cristiano José

2005

## 1. Introdução

Dois diferentes modelos de desenvolvimento vigoraram em Moçambique desde a independência nacional, com consequências importantes para a economia nacional e para as relações de trabalho. O primeiro, desenvolvimentista, de orientação socialista, representou uma ruptura com o sistema colonial português, ao propor construir uma sociedade sem classes, livre da “exploração do homem pelo homem”. O segundo, neoliberal, vigora desde meados dos anos 80, altura em que Moçambique aderiu aos programas de reajustamento estrutural preconizados pelo Banco Mundial (BM) e Fundo Monetário Internacional (FMI). Este modelo, que implicou a privatização e liberalização da economia, conduziu a alteração profunda das relações laborais e do papel do Estado enquanto agente de desenvolvimento.

Aos processos de transformação política e económica levadas a cabo em Moçambique são inerentes conflitos e tensões entre diferentes pólos de interesses e de poder, reflectindo as vicissitudes da conjuntura internacional e as dinâmicas políticas e sociais internas. No período imediatamente após a independência, esses conflitos e tensões ocorreram no contexto da guerra fria, em que no caso da África Austral traduziu-se em confrontos armados em vários países (Gentili, 1999: 362-363). A transição para o neoliberalismo está associada à crise económica nacional e internacional, à queda do Bloco socialista e consequente expansão capitalista, bem como às pressões internas no sentido de adequar os quadros políticos e institucionais à economia de mercado.

Pretendemos, no presente trabalho, analisar as alterações produzidas na economia moçambicana e nas relações de trabalho, no processo de transição do socialismo para o neoliberalismo, tendo como exemplo paradigmático a indústria do caju. Propomos mostrar que a estratégia económica adoptada pelo governo moçambicano, seguindo as imposições do Banco Mundial, foram prejudiciais para a economia do caju, com consequências desastrosas para milhares de trabalhadores.

Temos presente que a emergência do sector privado em Moçambique, acompanhada pela desregulação dos mercados, atçou as velhas tensões e clivagens, não apenas entre trabalhadores e patrões, mas também entre os sectores comercial e industrial (Leite, 1999).

Procuraremos também mostrar que, perante a fragmentação e fragilização dos sindicatos, a imprensa privada apresenta-se como um espaço alternativo de debate público sobre o problema e, nesta medida, constitui-se como um imprescindível instrumento de acção política e de construção da democracia moçambicana. Restringimos a nossa análise às publicações do jornal *Metical*, entre 25 de Junho de 1997 e 28 de Dezembro de 2001, que corresponde ao período de existência do jornal. Sem termos a pretensão de esgotar as possibilidades de análise que o jornal suscita, procuraremos simplesmente fornecer exemplos da estratégia de denúncia e de resistência seguida no *Metical* e do modo como contribuiu para a formação da opinião pública sobre o problema do caju.<sup>1</sup>

Antes de analisar as transformações ocorridas nos últimos anos, são necessárias, no entanto, algumas referências históricas, na estrita medida em que sejam necessárias para a compreensão da natureza, intensidade e complexidade dos problemas em causa.

## **2. Rumo ao socialismo: Entre o Mito e a Utopia**

Após a II Guerra Mundial, o movimento internacional favorável às independências tornou-se mais expressivo, desencadeando-se uma nova vaga de descolonização. Particularmente em África, a generalidade das independências foi alcançada em consequência de longos processos de reivindicação e de luta armada, desenvolvidos fundamentalmente com o apoio dos países socialistas. Apesar da diversidade ideológica deste grupo de apoiantes parece ser consensual que “as condições concretas do combate anticolonial, tanto em termos internacionais, como internos, e

particularmente a opção pela via da luta armada, contribuíram fortemente para que a organização se tornasse um movimento revolucionário de inspiração marxista” (Brito, 2001: 40). As “zonas libertadas”<sup>2</sup> desempenharam um papel fundamental para a construção ideológica da Frente e para a experimentação de modelos de desenvolvimento tendentes a eliminar todas as de exploração e de exclusão inerentes ao sistema colonial. Nas zonas libertadas desenvolveram-se as primeiras iniciativas de produção e comercialização colectiva e testaram-se formas de participação popular nas decisões.

As independências de Moçambique e de Angola, juntando-se a de outros países da África Austral, significaram um avanço importante do bloco socialista na região, contra o capitalismo representado pela África do Sul, Namíbia e Rodésia.<sup>3</sup> O projecto político, económico e social prosseguido pelo Estado moçambicano ficou, desde logo, patente na Constituição que fixou como objectivo fundamental do Estado a eliminação das estruturas de opressão e exploração coloniais e tradicionais e da mentalidade que lhes está subjacente; extensão e reforço do poder popular democrático; a edificação de uma economia independente e a promoção do progresso cultural e social; e edificação da democracia popular e a construção das bases material e ideológica da sociedade socialista.<sup>4</sup>

A concretização destes objectivos pressupunha a eliminação das estruturas económicas e interdependências coloniais e de todas as formas de discriminação social em que o sistema assentava. A economia colonial de Moçambique foi, pois, construída na extrema dependência de Portugal e África do Sul. Por exemplo, em 1969, do total do volume das exportações e importações moçambicanas, cerca de 41% e 31%, respectivamente, resultava das relações comerciais com os dois países. Particularmente a área dos serviços, transportes e fornecimento de mão-de-obra, produzia aproximadamente 30% do total de receitas em divisas (Mosca, 1999: 40). Por seu turno, o desenvolvimento industrial era incipiente, descapitalizado, com

maquinaria obsoleta (no geral, importada em segunda mão da Europa) e concentrava-se na transformação primária de produtos para exportação (Mondlane, 1995; Hanlon, 1984: 74). Como é próprio do sistema colonial, a estrutura da economia assentava sobre uma sociedade com uma forte estratificação social e racial, ocupando os negros as camadas mais baixas, com direitos reduzidos ao mínimo necessário para sustentar o sistema (Mondlane, 1995).

A concretização dos objectivos definidos pelo Estado independente implicou, em primeiro lugar, uma forte intervenção do Estado na economia. A Nacionalização dos principais serviços e bens (terra, saúde, educação, habitação, transportes, banca, seguros, fábricas) foi um instrumento jurídico-político de extrema importância neste processo. Ao mesmo tempo que permitia o controlo directo das principais áreas económicas e de serviços por parte do Estado, cumpria as promessas de uma maior redistribuição e de democratização do acesso aos serviços públicos.

A par das Nacionalizações, foi imperioso intervencionar diversos estabelecimentos, de modo a dar continuidade às actividades económicas das empresas abandonadas após a independência. Tem sido sobejamente mostrado que, desde o período de transição para a independência, milhares de cidadãos abandonaram (ou fora forçados a abandonar) o país, entre os quais muitos proprietários de unidades fabris e comerciais e profissionais qualificados.<sup>5</sup> Nalguns casos, o abandono foi acompanhado de sabotagem de equipamentos e edifícios, o que conduziu ao rompimento dos sistemas de controlo da assistência de rotina, o desempenho das tarefas diárias, a manutenção ou a reposição de *stocks* (Egerö, 1992:160). Joseph Hanlon descreve a situação nos seguintes termos:

Production was falling rapidly. The rural marketing network collapsed, as Portuguese and Asian traders either fled to Portugal or moved to the cities to take over business there. Peasants could not sell their surpluses or buy consumer goods, so peasant

production plummeted. Most Portuguese settlers abandoned their farms, usually killing their cattle and destroying the tractors or driving them over the border. Industrial production dived as owners and skilled workers left, machinery was damaged, and no spares or raw materials were imported (1984: 72).

Face a este cenário, o Estado foi obrigado a estender a sua intervenção para áreas inicialmente não previstas, abrangendo sectores amplos e bastante diversificados. Estas contingências forçaram-no “a dispersar-se na gestão das empresas, no lugar de controlar os mecanismos de acumulação e de garantir uma maior racionalidade e operatividade na distribuição dos recursos” (Mosca, 1999: 97). De facto, o Estado foi obrigado a gerir desde a mais pequena mercearia de comercialização de produtos de primeira necessidade, até os estabelecimentos industriais de grandes proporções. A criação de empresas estatais,<sup>6</sup> lojas do povo,<sup>7</sup> cooperativas<sup>8</sup> e aldeias comunais foi importante quer para assegurar a continuidade da produção agrícola e industrial e da comercialização dos produtos, quer para promover a participação popular no processo produtivo.

Vencer a dependência económica, subverter a tradicional posição periférica no sistema-mundo (Wallerstein, 1974) era (e é) o principal objectivo de Moçambique pós-colonial:

Recusamo-nos a ser eternos fornecedores de matéria-prima. Recusamo-nos que permaneçam as velhas relações coloniais, ainda que com nova roupagem. Recusamo-nos a participar na divisão internacional do trabalho numa posição subordinada, pagando mais por produtos industrializados e vendendo a nossa força de trabalho a preços cada vez mais baixos (Samora Machel, 1979, *apud* Hanlon, 1984: 82).

Para concretizar o objectivo, Moçambique contava sobretudo com as suas próprias forças, uma vez que beneficiava de apoio internacional limitado. Com a independência do Zimbabwe, nove países<sup>9</sup> criaram a *Southern Africa Development Coordinating Conference* (SADCC), com objectivo de eliminar a dependência económica em relação a África do Sul. Esta organização concebeu um programa de acção concreta, incidindo a cooperação nas áreas de transportes, comunicações, alimentação, agricultura, indústria, energia e desenvolvimento dos recursos humanos.

A política de “socialização do campo” foi assumida como central para ao desenvolvimento do campo e para a articulação estreita entre os meios rural e urbano. A construção das aldeias comunais permitiria não apenas integrar o sector produtivo tradicional na economia nacional, assim como seria imprescindível para a articulação estreita entre a agricultura e a indústria e, ainda, para a organização política das comunidades.

Most important is the political transformation that comes only through production: state farms can create a rural working class to lead the revolution, while co-ops should instil a spirit of cooperative work to improve people's own lives. Central to this economic and political transformation must be a social transformation which breaks the rural-urban divide and makes country life sufficiently attractive to stop migration to the cities. This is to be done through villagization. Mozambique is sparsely populated and most of the 10 million peasants still live on widely scattered family plots. Both because traditional farming methods require large tracts of land and because peasants fled further and further into the bush to escape forced labour and taxation. If they remain dispersed, there can be no cooperative farming. Only with villages nearby can state farms build up a permanent instead of a migrant workforce. Also, only in villages is it possible to make the necessary investments to raise the peasants' living standard - a school, health post, shop and water supply- and to organize

social and cultural activities. Villagization is hardly a new idea. Tanzania has implemented it, and the colonial authorities moved peasants into fortified villages and along 'cotton roads' where they could better control them. But Frelimo's communal villages also have a central political point: only in a village can country people organize politically and create viable democratic institutions (Hanlon, 1984: 98-99).

Com a independência do Zimbabwe, aumentaram as expectativas de incremento da produção. As indústrias metalúrgicas, têxteis e alimentares, implantadas nas diferentes províncias do país, ganhariam nova dinâmica. A prestação de serviços portuários para os países vizinhos faria do corredor da Beira uma das principais fontes de receitas. Face às perspectivas de multiplicação dos resultados alcançados (ainda que modestos), o governo aprovou o Plano Prospectivo Indicativo (PPI), que previa ultrapassar o "subdesenvolvimento" em 10 anos: década de 80 à de 90; década da vitória contra o subdesenvolvimento.<sup>10</sup> No âmbito este programa, as empresas e as machambas deviam estrita obediência a planos e metas de produção muito ambiciosos, por vezes ilusórios, definidas centralmente pelo poder estatal. A materialização destes objectivos requeria uma disponibilidade financeira que não existia no país e que, naquele contexto, se revelou difícil de mobilizar.

It was a lovely dream and a rude awakening. Investors did not flood in with money in suitcases. Even in the best of times the necessary money, would not have been available, but with a worsening world recession here was no hope. Despite brave Third World talk of a "new international economic order", foreign investment was not going to countries which were serious about breaking the old colonial relations. Super-profits were still the name of the game, and if Mozambique would not play, neither would international capital (Hanlon, 1984: 84-85).



Finalmente, a transformação radical das estruturas económicas e sociais enquadrava-se num processo de luta de classes. O poder do Estado radicava do povo, era exercido em nome do povo e com o povo, assumindo-se a aliança operário-camponesa como vital para a construção do socialismo. Foram criadas e implantadas várias estruturas e formas de exercício do poder popular, nomeadamente, assembleias populares em todas circunscrições administrativas; organizações democráticas de massas; tribunais populares; conselhos de produção.

### **Dos Conselhos de Produção à Unidade Sindical**

Como afirmámos, desde o período de transição para a independência, milhares de cidadãos abandonaram o país, realidade que forçou o Estado não apenas a nomear comissões administrativas para a gestão das empresas, como a implantar uma estrutura organizativa (Conselhos de Produção) que assegurasse o cumprimento dos planos económicos e que promovesse a organização colectiva dos trabalhadores e o aumento da consciência de classe. Contudo, mais do que institucionalizar uma estrutura organizativa eficaz para efeitos produtivos, as comissões de produção visavam pôr em prática o exercício democrático e popular do poder na esfera produtiva, eliminando todas as formas de organização capitalista.<sup>11</sup>

Aponta-se como marco institucional da criação do Conselhos de Produção data de 13 de Outubro de 1976, dia em que o Presidente da República fez um discurso dirigido aos operários, reclamando a necessidade de transformação radical das relações de produção (Colaço, 1991; Assis, 1997: 34-35; Machungo; 1977: 64).

A VIII Sessão do Comité Central da FRELIMO, estudando profundamente esta situação, lançou palavra de ordem da “Ofensiva Política e Organizacional Generalizada na Frente e Produção” e o Camarada Presidente, Samora Moisés Machel, no seu discurso de 13 de Outubro de 1976, deu orientações para a classe trabalhadora assumir a sua responsabilidade histórica, na etapa da Revolução Democrática Popular (Machungo, 1977: 64).

De acordo com Assis (1997: 35), a instalação de conselhos de produção esteve a cargo da Comissão Nacional de Implementação dos Conselhos de Produção. Iniciou com uma experiência piloto em 47 empresas da cidade de Maputo, estendendo-se, posteriormente, para as restantes províncias. Em cada empresa, implantou-se um Conselho de Produção da Unidade de Produção (CPUP). Foram igualmente criados conselhos de produção nas províncias, distritos e localidades, com vista a “permitir uma programação e planificação profunda da nação à base e aplicação correcta das directivas económicas e sociais” (Comissão de Implementação dos Conselhos de Produção, 1977: 34). Em todos os níveis, os conselhos de produção estavam divididos em departamentos, compreendendo a cada um basicamente o cumprimento das seguintes funções:

- *assuntos económicos*: estudar e propor superiormente metas de produção; Estudar a criação das condições para o cumprimento dessas metas; promover, estimular e controlar a prática de emulação socialista ao nível geral e individual; Organizar palestras, sobre assuntos relacionados com a economia e produção;
- *assuntos sociais*: solucionar os litígios entre os trabalhadores; estudar com os restantes departamentos e estruturas da empresa, a criação de benefícios para os trabalhadores (creches, transporte, férias, centros sociais); estudar e propor medidas, normas e acções a realizar para o seguro social (reforma, centros de férias, seguros);
- *higiene e segurança*: zelar pela garantia das condições necessárias à higiene do trabalhador; estudar, divulgar e fazer aplicar as normas de segurança estabelecidas;
- *assuntos culturais*: organizar grupos culturais dos trabalhadores e promover trocas de experiências e sua divulgação;

- *formação profissional*: estudar o processo de transformação de todos os valores culturais, científicos e técnicos, em benefício dos trabalhadores, promovendo a elevação do seu nível de instrução e qualificações profissionais;
- *controle e disciplina*: controlar o trabalho de cada departamento, assim como as actividades realizadas pelos trabalhadores; elevar a consciência dos trabalhadores, de modo a observarem as regras de disciplina, assim como a conservarem os bens e equipamentos da empresa; zelar pelo cumprimento dos direitos dos trabalhadores; detectar e canalizar para as estruturas competentes qualquer tipo de sabotagem.

Respondendo às necessidades do operariado moçambicano, o âmbito das tarefas dos conselhos de produção alargou-se para incluir aulas de alfabetização, formação no trabalho, transporte de e para casa, fornecimento de refeições, creches e outras questões relacionadas com a segurança social e económica dos trabalhadores (Egerö, 1992: 161).

À semelhança do que acontecia com outras estruturas e organizações criadas pelo Estado, não havia qualquer separação entre os Conselhos de Produção e o partido FRELIMO. As duas entidades, os conselhos de produção e o partido FRELIMO, partilham não apenas os membros e as estruturas hierárquicas e organizativas, como também os pressupostos político-ideológicos de acção. Ainda que se considere que esta relação foi forçada pelos imperativos de unidade de luta, por novo tipo de relações laborais e por necessidade de eficácia (Egerö, 1992: 160), a verdade é que ela determinou modo significativo o perfil do sindicalismo moçambicano e marcou decisivamente a sua acção política até a actualidade.

Por decisão do IV Congresso do partido Frelimo, em 1983 os Conselhos de Produção foram transformados na Organização dos Trabalhadores Moçambicanos

(OTM). Por seu turno, a OTM encarregou-se da criação de sindicatos nacionais, coordenando não apenas a elaboração dos programas dos sindicatos, como a nomeação dos seus corpos directivos e a eleição dos outros órgãos (Mosca, 1999: 78). Todas as estruturas representantes dos trabalhadores em cada empresa eram tutelados pela OTM, que coordenava e fiscalizava as suas actividades e tinha sobre eles poderes de direcção.

Em Moçambique, a criação dos sindicatos não surge, pois, enquanto processo endógeno dos trabalhadores pela necessidade de defesa dos seus direitos contra o patronato, mas como uma iniciativa do próprio “Partido-Estado-Governo”<sup>12</sup> (Assis, 1997: 43), principal agente económico e detentor formal do monopólio da acção política. Tendo sido concebidos como tentáculos das estruturas partidárias, à semelhança do que acontecia com as organizações democráticas de massas,<sup>13</sup> a acção dos sindicatos visava, exclusivamente, colaborar com o governo e nunca confrontá-lo. Coerentemente, a unidade sindical, como apoteose da unidade ideológica e partidária, impôs-se com “naturalidade”.

Em conformidade com este quadro, foram criadas Comissões de Trabalho, com funções de resolução de conflitos laborais, em substituição dos tribunais judiciais. As Comissões de Trabalho eram constituídas por juizes sem formação técnico-jurídica, escolhidos entre os membros das estruturas orgânicas das empresas e dos conselhos de produção, desde que tivessem “sentido de justiça, bom senso e uma formação política equilibrada”. Respondendo à carência de licenciados em direito, as Comissões visavam garantir o acesso a uma justiça célere, e que aplicasse correctamente “os princípios que inspiram a construção da nova sociedade”.

### **A indústria do caju na economia socialista**

Antes da independência, o caju já assumia extrema importância na economia de Moçambique, sendo uma das mais importantes fontes de divisas. No final do período

colonial, a importância do caju na economia nacional era superior que a do algodão e do açúcar, representando 21,3% do total das exportações (Leite, 1999: 2-3). Em 1974, Moçambique impunha-se como o maior produtor mundial de castanha de caju, com uma produção de cerca de 42,7% do total, permitindo fornecer o produto à indústria local, sem prejudicar a exportação.

Depois da independência, o governo adoptou medidas proteccionistas para a indústria nacional, limitando as exportações da castanha em bruto e regulando os preços de comercialização.<sup>14</sup> A mediação entre estes agentes económicos passou a ser feita fundamentalmente pelas lojas de povo e cooperativas entretanto criadas.

Apesar desta política, não foi possível evitar o declínio da indústria de processamento do caju, estando esta confrontada com problemas financeiros e de ineficiência, sobretudo nas unidades estatizadas (Leite, 1999:6). A crise da indústria está igualmente associada à redução da produção agrícola e à destruição de rede de comercialização.

Primeiro, se a nacionalização da terra foi importante para evitar a emergência de cidadãos sem terra em Moçambique, o processo de construção de aldeias comunais (inspiradas na *ujamaa* de Julius Nyerere)<sup>15</sup> teve resultados modestos e, nalguns casos, efeitos perversos. Não se registou, no geral, qualquer incremento na produtividade, e muito menos se efectivaram as promessas de eliminação da “exploração do homem pelo homem”. Segundo, a guerra foi um factor de destruição da produção agrícola e a rede comercial foi destruída. Entre 1976 e 1990, a produção agrícola do caju decresceu em 81,7% e, no início dos anos 90, apenas uma das 15 fábricas existente nos primeiros dois anos da independência continuava a funcionar - e era uma das poucas que manteve a gestão privada (Leite, 1999: 6-7).

O ano de 1991, estando iminente o fim da guerra e num contexto em que o neoliberalismo se implantara, representa a viragem definitiva da política sobre o caju. Neste ano, foi reautorizada a livre exportação da castanha em bruto, reacendo-

se os velhos conflitos entre os comerciantes (com interesse na exportação, porque mais rentável) e os industriais (com interesse no processamento da castanha para exportação e para o mercado interno). As intervenções do Banco Mundial e do governo moçambicano foram decisivas para o agravamento deste conflito, com prejuízos para a indústria nacional e para os trabalhadores.

### 3. Guerra Quente e a Morte da Utopia

Os esforços de concretização do ideal socialista desenvolveram-se num contexto que, não devendo ser desprezado ou minimizado, constituiu um constrangimento de extrema importância que teve de ser enfrentado: a guerra e o chamado inimigo interno. A guerra marcou decisivamente a história de Moçambique no período pós-colonial, até 1992, altura em que foram assinados os Acordos de Paz entre a FRELIMO e a RENAMO.<sup>16</sup>

Poucos meses depois da independência, em Agosto de 1975, o exército rodesiano desencadeou ataques militares contra Moçambique, que se prolongaram até a queda do governo de Ian Smith em 1980. Estes ataques intensificaram-se, em resposta ao explícito apoio militar e diplomático do governo moçambicano aos movimentos de libertação da Rodésia (Christie, 1996: 145-155).

Em paralelo com a acção militar, Moçambique aplicou sanções económicas à Rodésia,<sup>17</sup> fechando-lhe o acesso aos portos, ainda que esta medida implicasse abdicar de uma das mais importantes fontes de receitas do país. Segundo Christie (1996: 149), como consequência dos confrontos entre Moçambique e Rodésia, as Nações Unidas estimam que Moçambique sofreu prejuízos em 600 milhões de dólares americanos, correspondentes a “mais de duas vezes o valor das exportações anuais [...] no seu melhor ano de comércio externo, 1981”.

Com a independência de Zimbabwe, Moçambique tinha que continuar a enfrentar outro problema tão ou mais destrutivo e dramático: a acção militar da

RENAMO e da África do Sul. Esta guerra desenvolveu-se com muita intensidade em todas as regiões do país, causando danos colossais na economia nacional e na vida das pessoas. Apesar do Acordo de Não-agressão e Boa Vizinhança (Acordo de N´komati)<sup>18</sup> assinado entre Moçambique e África do Sul, os ataques militares directos do exército sul-africano não cessaram, nem o seu apoio à RENAMO. A África do Sul contava, ainda, com o apoio militar de alguns países da NATO, particularmente da Inglaterra e dos EUA, que incorporavam militares no seu exército (Christie, 1996: 161).

Para além dos efeitos devastadores para as populações, os ataques militares atingiam alvos económicos estratégicos, inviabilizando os projectos de desenvolvimento traçados no país e no âmbito da SADCC. Os seguintes exemplos são elucidativos:

South Africa also backs up its economic muscle with force. It works mainly through the Mozambique National Resistance (MNR) to try to keep the railways from Zimbabwe to Beira and Maputo closed. Sometimes it works directly. For example, during the month before the second major SADCC conference (in Blantyre in November 1981) the bridges carrying the road, railway and oil pipeline from Beira to Zimbabwe were expertly sabotaged [...] (Hanlon, 1984:216)

In the month before [the third SADCC conference in Maseru in January 1983], South African forces actually attacked Maseru. And the oil storage depot in Beira was sabotaged, causing more than £ 10 million damage to oil and facilities [...] This was the base of oil supplies for Zimbabwe oil pipeline. To fill the gap, Zimbabwe tried to import oil products from Maputo. The MNR closed the railway from Maputo to Zimbabwe, and South Africa refused to carry oil from Maputo to Zimbabwe (Hanlon, 1984: 216-217)

Armed bands destroyed 1,000 rural shops, 20 sawmills, cotton gins, and tea factories. 1,000 rural shops, 20 sawmills, cotton gins, and tea factories. Hundreds of cars and trucks and more than 20 locomotives were also destroyed.

More than 40 foreign technicians were kidnapped and four killed. Sweden was forced to abandon the showpiece Ifloma forest Industries complex after it was built, leaving it paralysed due to lack of operating staff. Hundreds of villages were burned. Crops were burned in the fields and in peasant grain stores, and agricultural marketing lorries and farm machinery were destroyed; an estimated one-quarter of the normally marketed grain was lost due to MNR action (Hanlon, 1984:87)

A África do Sul procurou explorar ao máximo a vulnerabilidade da economia moçambicana. Por exemplo, em 1980, a Câmara de Minas da África do Sul reduziu para cerca de 30% o recrutamento de mão de obra moçambicana para as minas e revogou um acordo de 1928, segundo o qual o governo de Moçambique podia usar 60% dos salários dos mineiros para comprar ouro a um preço preferencial (Christie, 1996: 172). Cortando uma das tradicionais e principais fontes de divisas, esta decisão provocou danos avultados na economia de Moçambique, colocando o governo perante dois dilemas imediatos: que alternativas seguir; e que destino dar aos potenciais trabalhadores que já não podiam ir para as minas e aos que entretanto tinham sido despedidos em consequência da crise causada pelas sanções decretadas contra a Rodésia.

No contexto da guerra, era urgente para Moçambique reforçar o poder militar e angariar maior capital possível. De acordo com Hanlon (1984: 234-235), o interesse estratégico da União Soviética na região da África Austral ficou prejudicado porque Moçambique opôs-se à constituição de uma base militar, defendendo o princípio da conservação do oceano Índico como zona de paz e sem armas nucleares. Consequentemente, tanto o apoio militar, como o económico, por parte da União Soviética (e do bloco do Leste) estiveram muito aquém das necessidades.

Com a rejeição da candidatura de Moçambique ao *Council for Mutual Economic Assistance* (COMECON) no início dos anos 80, agravaram-se os constrangimentos para



a implementação dos planos de desenvolvimento. Ao nível da SADCC, a comunidade internacional disponibilizou apenas 1/3 do valor necessário para a reconstituição da rede de transportes e comunicações (Hanlon, 1984: 214).

O primeiro sinal de que a adesão ao BM e ao FMI era uma condição imprescindível para beneficiar de apoio para enfrentar a crise, foi dado em 1983 quando, por causa da seca, Moçambique solicitou ajuda alimentar à comunidade internacional. Contra todas as expectativas, a ajuda foi, antes, reduzida (Hanlon, 1996:15). Em 1984, o governo acabou por assinar um acordo com o BM, do qual resultou a disponibilização imediata de 45 milhões de dólares para Moçambique.<sup>19</sup>

### **A guerra por outros meios**

Os conflitos armados em Moçambique estavam associados a outras formas de fazer a guerra. Nos centros urbanos, destacam-se dois grupos de pressão contra o projecto socialista: empresários e burocratas do aparelho do Estado, muitos dos quais ocuparam os lugares da burguesia e pequena burguesia colonial. Trata-se, no entanto, de grupos dinâmicos, fluidos, que criam diversos tipos de alianças, em função dos contextos. Como explica Joseph Hanlon,

Sometimes bureaucrats and traders seem allied; at other times, the bureaucrats seem to ally with the workers and peasants against the traders. Sometimes the conflicts are expressed as between Party and state, sometimes as within Party or state, and sometimes as between state and private (1984: 187).

Não atingir as metas de produção trouxe carências de tipos de bens de consumo no mercado, e especulação. Com a escassez dos produtos e o controle administrativo dos preços, floresceu uma economia paralela que transformou a “candonga” num dos principais meios de acumulação de capital, à margem das regras do Estado.

Também nas zonas rurais, o projecto socialista não vingou como se esperava. Nalguns casos, as aldeias comunais significaram uma réplica de formas coloniais de produção e de organização social, ainda que se defenda que estes seriam casos excepcionais, de desvirtuamento da política oficial (Mosca, 1999: 137).<sup>20</sup> Esta circunstância proporcionou o aparecimento (ou até o crescimento) de uma classe de privilegiados (autoridades tradicionais, membros do GD e outros notáveis) que controlava o acesso à terra e os processos produtivo e de comercialização de produtos, como recuperou (e, noutros casos, subverteu) as antigas hierarquias tradicionais (Dinerman, 1999; Geffray, 1991). Cedo emergiram e agravaram-se as tensões entre as experiências embrionárias de democracia participativa e o autoritarismo das autoridades tradicionais e do Estado. Por outro lado, a criação de atractivos (escolas, postos de saúde, sistemas de abastecimento de água e de bens de consumo, etc.) para que as populações permanecessem nas aldeias, provocou maior concentração de pessoas e, com ela, a intensificação na exploração dos recursos naturais, com conseqüentes prejuízos para o ambiente e para a produção (Mosca, 1999: 138).

A reacção do governo, reforçando o controlo e o aparelho repressivo (Ofensiva Política e Organizacional;<sup>21</sup> publicação de leis de defesa da economia, com penas severas; reforço da vigilância popular), ou recorrendo à propaganda e ao discurso ideológico, não conseguiu reverter os problemas e não conseguiu travar as pressões das emergentes elites urbanas e rurais, que reivindicavam um espaço de actuação na política e na economia moçambicana.

Neste contexto, a adesão às instituições de Bretton Woods configurou-se como o único rumo acessível para fazer face imediata às situações de emergência que o país atravessava. A implementação dos programas de reajustamento estrutural nos anos subsequentes representa, na retórica do Estado, um passo importante para a

reconstrução nacional. Provavelmente terá também sido uma condição indispensável para a paz no país e na região. A morte da utopia foi o preço.

#### 4. Neoliberalismo e crise do trabalho

Com a adesão aos programas de reajustamento estrutural em 1987,<sup>22</sup> a “ajuda” externa aumentou de 360 milhões de dólares em 1985, para 700 milhões em 1987 e, pelo menos, 1 bilião por ano a partir 1990, transformando Moçambique no maior beneficiário da África sub-sahariana (Hanlon, 1996: 16).

No âmbito do PRE, a onda de privatizações alargou-se para todos sectores que tinham sido objecto de intervenções e nacionalizações na época do socialismo (educação, saúde, educação, saúde, habitação, transportes, banca, seguros, entre outros). Nalguns casos, o Estado manteve a sua actividade, concorrendo, embora nas piores condições, com agentes privados, noutros, o mercado passou a ser exclusivamente dominado por privados, como acontece caso da banca. Até ao ano 2000, tinham sido privatizadas cerca de 1000 empresas (Pitcher, 2002: 147), sendo que as de pequena e média dimensões eram destinadas aos empresários nacionais (na sua maioria, políticos e militares) e as grandes empresas ficaram sob a alçada dos interesses estrangeiros (Francisco, 2003: 164).<sup>23</sup>

Moçambique seguiu religiosamente as prescrições do Banco Mundial, a ponto de ser considerado pelos “doadores” ocidentais, o “bom aluno do BM”, “o melhor exemplo africano” a ser seguido por outros países. O que lhe confere essa singularidade é, naturalmente, o número alargado de empresas privatizadas num curto espaço de tempo. Se há diferentes percepções sobre os resultados económicos do programa de reajustamento estrutural, havendo quem inclusivamente desconfie da isenção dos métodos e dos resultados de avaliações optimistas das agências financeiras internacionais (Abrahamsson e Nilsson, 1995: 31), o mesmo não acontece em relação aos seus efeitos sociais. É geral a constatação de que aquele programa

acarretou consequências sociais graves para a sociedade moçambicana, devendo o seu impacto ser analisado em conjunto, tendo em conta tanto critérios económicos, como os de natureza social, política e até cultural.

Entre 1987 e 2000, foram despedidos pelo menos 100 mil trabalhadores, a maior parte destes sem que tivessem recebido salários há mais de dois anos de trabalho e, evidentemente, sem que tivessem beneficiado de qualquer indemnização (Pitcher, 2002: 170). Nos países periféricos como Moçambique os custos sociais das privatizações fazem-se sentir com maior acuidade, manifestando-se não apenas na insegurança ou perda dos postos de trabalho, como também através do aumento da violência urbana e da instabilidade e social.

Contudo, os efeitos do neoliberalismo moçambicano não se distribuem de igual forma por todos os cidadãos, havendo, pelo contrário, quem dele se beneficie. Como afirma Francisco (2003: 143), as privatizações foram importantes para a recomposição e estruturação de uma burguesia de Estado, constituída em torno do “complexo político-burocrático”. Por sua vez, Pitcher (2002: 6) usa a expressão “transformative preservation” para realçar a capacidade do partido Frelimo de sobreviver às profundas transformações políticas e económicas que o país atravessa, assegurando que as suas elites adquiram vantagens dos programas de reajustamento estrutural, conservando, desta maneira, o controlo político e económico do país, desde 1975. Para caracterizar as formas de imposição económica do BM e do FMI e as vantagens colhidas pelas elites nacionais, Saul (1994) diz que Moçambique está num processo de “recolonização”.

### **A destruição da indústria do caju**

O programa de reajustamento estrutural relançou os investimentos nos diversos sectores da economia moçambicana, tendo os empresários do ramo industrial apostado também no processamento do caju. Como legitimamente esperavam os

industriais, a viabilidade destes investimentos só seria possível se o governo mantivesse a política de restrição à exportação da castanha em bruto.

No entanto, nos primeiros anos de recuperação, a indústria moçambicana debatia-se com problemas financeiros e de ineficiência. As dificuldades de funcionamento das unidades industriais não permitiram a absorção de uma parte considerável da castanha produzida. Este foi o pretexto necessário para o governo (re)autorizar a exportação de castanha de caju, a partir de 1991. Ainda que o governo afirmasse que a exportação neste ano seria a “título excepcional”, a redução das restrições acabou por se repetir progressivamente nos anos seguintes, tendo o BM sido determinante neste processo.

Um estudo do BM sobre o desenvolvimento do sector privado,<sup>24</sup> seguindo a teoria ricardiana das “vantagens comparativas”, chegaria à conclusão de que é mais vantajoso para Moçambique não investir na industrialização (dado também o funcionamento precário das fábricas) e dedicar-se exclusivamente à exportação da castanha não processada. Alegadamente, dessa transferência de investimentos criariam-se novos postos de trabalho e seria a forma mais eficaz para assegurar maior financiamento do Orçamento do Estado e maiores amortizações da dívida externa, assim como aumentaria a procura (e, conseqüentemente, os preços) da castanha em bruto, em benefício dos agricultores.

Leite (1999: 29) afirma que a liberalização do comércio do caju não foi determinada pelo BM, uma vez que o governo iniciaria antes da intervenção daquela instituição. Na verdade, aquele estudo aparece apenas como uma fundamentação formal de uma política previamente imposta pelo BM, como veio a reconhecer esta instituição quando assumiu as responsabilidades pelo “erro” cometido na política sector do caju.

Não passou muito tempo até que as “recomendações” do estudo se transformassem em imposições ao governo moçambicano, refém da dívida externa.

Entre as campanhas agrícolas de 1991/92 e 1998/99, a taxa de exportação de castanha de caju baixou de 60% para 14%. Face ao aumento dos protestos contra a redução das taxas, esta voltou a subir para 22%, em 1999 (Leite, 1999: 19-38; McMillan *et al.*, 2002: 1-6).

Como afirmámos, nos primeiros 15 de independência, Moçambique seguiu uma política de protecção da indústria de caju, autorizando apenas a exportação de castanha de caju processada. Os principais destinos deste produto eram os EUA (que adquiria 76% do total) e a Europa. Ao deixar de apostar no processamento da castanha, Moçambique colocou-se numa posição muito difícil, passando a contar apenas com a Índia, como o maior comprador mundial de castanha bruta.

Tendo em conta os ganhos que advêm da colocação do produto no mercado internacional, os comerciantes que operam em Moçambique têm interesse em exportar castanha de caju bruta para a Índia, em detrimento da sua colocação nas fábricas nacionais que não estão em condições de competir com os importadores indianos. Por exemplo, na campanha agrícola 1992/1993, o preço *Free On Board* (FOB)<sup>25</sup> da castanha atingia os 689 dólares americanos por tonelada, contra 271 dólares pagos pelos industriais (Leite, 1999: 9).

Os preços praticados pela Índia podem explicar o interesse dos comerciantes em exportar castanha não processada para a Índia, mas não explicam o interesse daquele país no produto moçambicano. Isto tendo em conta que a Índia é também, simultaneamente, produtora e exportadora de castanha de caju, processada ou não e que, por outro lado, existem outros países produtores na costa oriental africana e no sudeste asiático. Avançamos com algumas hipóteses cuja verificação pressupõe, no fundo, analisar a natureza dos interesses subjacentes à economia do caju: a castanha de caju moçambicana é de melhor qualidade; o preço da castanha moçambicana é muito baixo; a produção agrícola indiana (e do sudeste asiático) não é suficiente para satisfazer as necessidades do parque industrial; os custos da produção industrial na

Índia são tão baixos que compensam o custo das importações; o controle do mercado mundial permite jogar em melhores condições com as dinâmicas do mercado internacional.

Entretanto, devemos tomar em conta que, ao contrário de Moçambique, a Índia regulou fortemente o mercado do caju. Por exemplo, Kerala produz mais de 50% do total da produção nacional, a distribuição é garantida por uma rede ampla de cooperativas e o Estado fixa os preços de comercialização e as tarifas de importação de castanha (McMillan *et. al.*, 2002: 19-21). A propósito, é intrigante que depois de o BM reconhecer que a sua política de liberalização foi desastrosa, tenha sido anunciado que, em Fevereiro de 2005, duas empresas multinacionais, a *OLAM* (de Singapura) e a *TechnoServe* (com sede nos EUA) fizeram uma parceria para revitalizar a indústria do caju em África, incluindo Moçambique. A *OLAM* é a maior empresa do mundo de processamento de caju e controla também o mercado indiano. A *TechnoServe* é possuidora da tecnologia mais avançada nesta actividade.<sup>26</sup> Não seria surpreendente que nos próximos tempos começasse a vigorar em Moçambique uma política proteccionista da economia do caju, conjugada com flexibilização das relações de trabalho.

A liberalização da exportação da castanha de caju em bruto implicou também o fim do racionamento das licenças de exportação, podendo todos os cidadãos requerer que estas lhes sejam passadas. Esta circunstância provocou a proliferação de exportadores e o aumento da intervenção de intermediários formais e informais. A economia do caju passou, por conseguinte, a funcionar também ao sabor das disputas dos diferentes agentes e condicionada pelos interesses dos intermediários e armazenistas. Entre os agricultores e o mercado internacional, passaram a existir mais três níveis de intervenção na cadeia do caju: pequenos intermediários, armazenistas e, finalmente, exportadores e industriais. Para além dos elevados

custos de transporte que não podiam suportar, os agricultores passaram a ser vítimas da pressão dos intermediários, formais e informais.

McMillan *et. al.* (2002: 10-16), fazendo uma avaliação estritamente económica da liberalização do comércio do caju, concluem que, ao contrário do que supunha o BM, os seus resultados são flutuantes ao longo dos anos, representando, no geral, ganhos mínimos para os agricultores. Efectivamente, o aumento da procura, longe de proporcionar ganhos substanciais para os agricultores, apenas acentuou a sua fragilidade económica e social.

Os efeitos da política de liberalização foram particularmente desastrosos para os trabalhadores da indústria do caju, naturalmente, com consequências sociais graves. Em 1998, já existiam entre 8.000 e 10.000 trabalhadores sem postos de trabalho. Alguns destes trabalhadores não foram tecnicamente despedidos, simplesmente deixaram de receber os seus salários desde a altura em que as empresas reduziram ou suspenderam as actividades (Pitcher, 2002: 170).

A complexidade deste problema aumenta quando temos presente que alguns industriais, atraídos pelas possibilidades de colher maiores lucros em pouco tempo, lançaram-se para a exportação do caju não processado. Nestes casos, a retórica da crise da indústria serviu puramente para “legitimar” o desrespeito dos direitos dos trabalhadores. Na luta pela conservação dos postos de trabalho e por assegurar o exercício de direitos de cidadania, os sindicatos e os trabalhadores do caju são obrigados a enfrentar o fogo cruzado de interesses poderosos e avassaladores.

## **5. Sindicatos: Resistência Silenciada?**

A Constituição moçambicana de 1990 introduziu a democracia liberal, multipartidária, e alargou o leque dos direitos e liberdades individuais e colectivos, entre os quais a liberdade sindical. A nova conjuntura política teve duas consequências imediatas para o sindicalismo moçambicano: a OTM deixou de ser uma



organização filiada no partido FRELIMO, transformando-se numa central sindical (OTM-CS); e nasceu uma outra central sindical, a Confederação Nacional dos Sindicatos Livres de Moçambique (CONSILMO).

A implementação do PRE tem sido acompanhada de reformas legislativas no sentido de criar um “ambiente favorável aos negócios”. Esta nova filosofia tem conduzido a um questionamento dos direitos e garantias elementares dos trabalhadores, alegadamente para atrair investimentos estrangeiros e aumentar a competitividade nacional. Actualmente, vigoram regimes de excepção às leis gerais do Estado (condições de trabalho, regime cambial e fiscal, etc.), sobretudo nas zonas francas industriais, onde se implantaram empresas com capacidade para contratar milhares de pessoas. Autores como Hipólito Hamela (2003: 1-16), por exemplo, consideram que a fixação do salário mínimo nacional por via da concertação social não serve para Moçambique, porque é desadequada à economia de mercado. Por imposição do Banco Mundial, está em curso a reforma da lei do trabalho moçambicana, com vista a acolher as novas exigências do capitalismo.

Os sindicatos moçambicanos enfrentam com extremas dificuldades os novos problemas do mundo laboral. O novo contexto político transformou-os em órfãos do governo e do Estado, provocando uma crise identitária ainda não ultrapassada.<sup>27</sup> A acção dos dirigentes sindicais é ambígua, repartida entre as velhas alianças político-partidárias e a necessidade de defesa dos trabalhadores. O distanciamento das bases por parte dos dirigentes sindicais é sintoma desse posicionamento ambíguo, o que se torna num elemento de intensificação da crise de legitimidade de que sofrem.

As dificuldades dos sindicatos prendem-se também com a própria natureza e complexidade dos problemas actuais. Como afirma Arthur (2004: 299), os sindicatos são confrontados com situações que não entendem e que não têm meios para controlar, como é o caso das privatizações. Ora, enfrentar estas questões pressupõe, por um lado, ter argumentos científicos e políticos suficientemente consolidados e

capacidade retórica necessária para o efeito. Por outro lado, adoptar estratégias inovadoras de luta e de mobilização social, integrando a luta dos trabalhadores e pelo trabalho numa reivindicação mais ampla por direitos de cidadania. Ao contrário do que se tem proposto com vista a “ampliar o cânone do internacionalismo operário” (Santos, 2004), os sindicatos moçambicanos têm estado fechados sobre si próprios, embora estabeleçam relações formais com organizações congéneres da África Austral e de outras partes do mundo. A avaliação dos resultados dessa cooperação está, no entanto, por fazer.

De acordo com os dados do Ministério do Trabalho (DNPET, 2005: 17), o número de greves organizadas em Moçambique tem sido intermitente, embora no geral tenda a decrescer consideravelmente entre os anos 2000 e 2004, apesar das condições de trabalho se degradarem progressivamente. A baixa capacidade de reivindicação dos sindicatos poderá estar associado ao controlo político que sobre eles ainda é exercido, assim como poderá ser uma consequência da condição de precariedade em que se encontram os trabalhadores (que inibe a sua participação) e, igualmente, resultado das dificuldades de envolvimento das lutas locais num contexto mais amplo (nacional, regional e global) de luta por direitos de cidadania. No caso do caju, a imprensa privada, com destaque para o jornal *Metical*, foi um dos aliados mais importantes dos trabalhadores e dos industriais, dando visibilidade nacional e internacional à sua luta.

### **O Papel da Imprensa: O caso do Jornal “Metical”**

A liberdade de imprensa, formalmente consagrada na CRM de 1990, resulta de um longo processo de luta que iniciou no período colonial e atravessou a época do jornalismo militante, mas que não está concluído. No período do socialismo, apesar de não faltarem exemplo de uma imprensa crítica,<sup>28</sup> é consensual que, no âmbito do

“centralismo democrático”, ela era concebida como um instrumento importante ao serviço do partido e do Estado (Graça, 1996; Lima, 1996; Vasconcelos, 1996).<sup>29</sup>

No contexto da democracia multipartidária, a imprensa é palco privilegiado de disputa política e de formação da opinião pública. Em Moçambique, a imprensa privada, escapando da alçada do poder político, constitui-se como um espaço alternativo (nalguns casos, exclusivo) de debate de temas normalmente descurados pelas elites políticas e económicas. É através da imprensa privada que muitos assuntos de interesse público, como por exemplo os casos de corrupção, são trazidos ao conhecimento dos cidadãos, contra a vontade do governo e dos detentores do poder económico. No caso da “guerra do caju”, os industriais e os sindicatos moçambicanos encontraram na imprensa privada um aliado que foi determinante para a denúncia pública da teia composta pelo Banco Mundial, governo e comerciantes.

Entre os jornalistas da imprensa privada, destaca-se a acção protagonizada por Carlos Cardoso, primeiro no *Mediafax* e depois *Metical*, neste caso como editor.<sup>30</sup> Carlos Cardoso foi precursor na luta pela defesa da indústria do caju, tendo seguido a fundo o problema durante muitos anos, até a sua morte. Como afirmam Fauvet e Mosse (2004: 340), Carlos Cardoso acreditava que Moçambique só podia avançar através da industrialização e que as receitas do Banco Mundial eram uma garantia de que Moçambique seria eternamente um país exportador de matérias-primas. Aqueles autores acrescentam que no *Mediafax* as posições da AICAJU<sup>31</sup> e do SINTIC<sup>32</sup> eram expostas com clareza num momento em que a maior parte da imprensa não tinha percebido a importância da batalha do caju.

No jornal *Metical* encontramos 32 números que abordam a temática do caju, sendo que em vários números há mais do que um artigo sobre a questão. As notícias produzidas em torno do caju resultam principalmente de decisões, conferências de imprensa e opiniões dos políticos moçambicanos ou de representantes do BM e do

FMI. Nestes casos, quando não é feito o “contraditório” no mesmo artigo, cruzando as fontes, o editorial ou um artigo de opinião evidenciam o ponto de vista dos industriais e dos trabalhadores. Por exemplo, numa altura em que os efeitos desastrosos da liberalização do caju eram evidentes, o Secretário de Estado do Tesouro dos EUA em visita a Moçambique, afirma que “concorda com a industrialização do açúcar e com o financiamento do sector privado, mas que continua a crer que a industrialização do caju só pode ser feita à custa dos camponeses”.<sup>33</sup> Neste número, o jornal realça que o assunto sobre a crise do caju era periférico na visita do Secretário de Estado americano, tendo vindo à luz por pressão dos movimentos anti-globalização. Em simultâneo, o artigo expõe a posição da AICAJU, naturalmente favorável à protecção da indústria nacional.

Ao tomar abertamente posição sobre o problema do caju, Carlos Cardoso, em consequência das declarações do Presidente da República segundo as quais Moçambique não tinha alternativa ao Banco Mundial (Fauvet e Mosse, 2003: 341-342), propõe três medidas pragmáticas: submeter uma lei à AR, proibindo a exportação do caju em bruto; procurar novos parceiros (provavelmente a China) para financiar a indústria; cortar com o apoio do BM e virar para a União Europeia, que começava a ser sensível ao problema de Moçambique.<sup>34</sup>

Procurando mostrar que nenhum processo político era irreversível, que era necessário ter coragem para seguir o caminho que melhor servisse os interesses nacionais, o *Metical* publicou um artigo sobre a revalorização da indústria do caju na Tanzânia (“Tanzania Decide Reindustrializar o Caju”), numa tentativa de fazer uso da importância política e simbólica deste país em relação a Moçambique.<sup>35</sup>

A par da exposição da inoperância do governo, o *Metical* apoiou os sindicatos, dando cobertura à sua luta interna, assim como explorando as potencialidades das articulações existentes no seio do movimento sindicalista internacional. O *Metical* publica, assim, na primeira página o artigo “Campanha Mundial Pró-caju”.<sup>36</sup> Tratava-

se de uma promessa de internacionalização da luta por parte do Secretário-geral da União Internacional dos Trabalhadores da Agricultura, Alimentação, Hotelaria, Restaurantes e Similares (UITA), em visita a Moçambique.<sup>37</sup>

A campanha nacional e internacional a favor da industrialização reacendeu os debates sobre os modelos de desenvolvimento impostos pelo BM e FMI e deu visibilidade política a “outros” problemas que lhe estão associados noutros países, nomeadamente na Índia. A este respeito, o *Metical* publicou uma carta de 11 membros do Congresso dos EUA, dirigida ao Secretário do Tesouro, apelando para o fim da liberalização do comércio do caju em Moçambique e denunciando o trabalho infantil utilizado na indústria indiana do caju, sob a protecção do BM, FMI e do governo americano.<sup>38</sup>

Outra estratégia seguida pelo jornal foi a de tentar beneficiar ao máximo das divergências internas do partido FRELIMO e do governo. Uma vez que nem todos os membros do governo e deputados da FRELIMO subscreviam a política do caju do BM, o *Metical* procurou explorar essas divergências, expondo também interesses pessoais dos membros do governo na questão. Assim, foram publicados artigos com os seguintes títulos: “Política do Caju: Frelimo Contra o Governo”,<sup>39</sup> e “Um Ministro no Caju: A Política do Governo no Caju Virou-se Contra os Interesses de Agostinho de Rosário?”.<sup>40</sup>

A investida do *Metical* sobre a classe política viria resultar numa tomada de posição pública do então Vice-Presidente da Assembleia da República, com um artigo de opinião no *Metical*, defendendo a proibição da exportação da castanha de caju em bruto, numa altura em que tinha sido apresentada naquele órgão uma proposta de lei sobre o caju. O político em causa opôs-se à proposta de aplicação de uma sobretaxa de exportação apenas a partir de determinadas quantidades, argumentando que só a absoluta proibição de exportação de caju não processado podia salvar a indústria

nacional, tal como acontecera com o Vietname, que se vinha a impor no mercado mundial.<sup>41</sup>

O assassinato de Cardoso e o encerramento do *Metical* representam um revés para a sociedade Moçambicana ainda assombrada de silêncios e silenciamentos. O contributo de Carlos Cardoso para a construção da democracia moçambicana é inquestionável. Como testemunha Santos (2000),

Carlos Cardoso transformara o *Metical* na voz dos que não tinham voz ou tinham medo de falar. Um entusiasta do processo de paz e de democratização, Cardoso previra antes que ninguém o perigo de vincular o objectivo nobre da democracia, às imposições violentas da globalização neoliberal, ao dismantelamento das frágeis estruturas produtivas, à privatização atribiliária, incubadora de corrupção, à perda das referências ideológicas e éticas da luta por uma sociedade melhor e mais justa com que Samora Machel tinha inspirado toda uma geração de jovens moçambicanos.

A acção política de Carlos Cardoso estende-se para além das páginas do *Metical*, envolvendo-se não apenas na discussão de diversos problemas do país, mas sobretudo na procura de soluções para os mesmos. A sua eleição como deputado da Assembleia Municipal, integrado na lista de um grupo de cidadãos, fora dos quadros partidários, é um testemunho do apoio que a sua luta conquistara. Devolveu o que tem faltado a muito cidadãos moçambicanos nos últimos anos: esperança.

## 6. Conclusão

A reconfiguração do Estado moçambicano ao adoptar o neoliberalismo trouxe consigo consequências económicas e sociais graves. Apesar dos discursos triunfalistas do governo, do BM e do FMI ao avaliarem os resultados macroeconómicos, as privatizações e a liberalização do comércio não beneficiaram a esmagadora maioria dos cidadãos moçambicanos, muitos dos quais continuam a viver no limiar da pobreza

e outros tantos na pobreza absoluta. Flexibilização e precarização do trabalho, despedimentos colectivos, desemprego, insegurança, fome, drástica redução das prestações assistencialistas do Estado são alguns dos efeitos devastadores dos programas de reajustamento estrutural. O exercício de direitos de cidadania é cada vez mais selectivo.

Os fenómenos de exclusão não são construídos sem o seu reverso, sem o fomento de uma burguesia nacional que, para o caso de Moçambique emerge principalmente das classes políticas que anteriormente lideraram o movimento revolucionário, de inspiração marxista-leninista.

A liberalização da exportação do caju em bruto é um exemplo incontestável de como as imposições do BM prejudicam o desenvolvimento dos chamados países periféricos do sistema mundial. Alegadamente destinada a aumentar as receitas do Estado e a beneficiar os agricultores, as profecias da liberalização não se confirmaram. Não só os ganhos dos agricultores foram mínimos, nos casos em que se verificaram, como a liberalização destruiu a indústria do caju, encerrando cerca de 10 mil postos de trabalho.

Infelizmente, o caso do caju não é singular em Moçambique, estando o país amarrado no colete de forças do BM e FMI, com alguma resignação (e aproveitamento) do governo, certo. Como se tem afirmado, a globalização neoliberal transforma os Estados periféricos em simples caixas de ressonância das agendas das instituições financeiras internacionais.

Aos sindicatos coloca-se o desafio de se libertarem do apoio político do governo e aprofundarem a democracia interna e de apostarem na articulação nacional e internacional da luta, inserindo-a num contexto mais alargado de disputa pelo exercício de direitos de cidadania. Para o caso de Moçambique, parece ser vital a compreensão da importância dos trabalhadores rurais e do sector informal para o debate político. Contudo, o alargamento sistemático e articulado da acção política

para todas as classes e grupos sociais pode ser determinante para a construção de novas alternativas democráticas para Moçambique. Por isso, embora nos pareça imprescindível que se discuta em que condições se podem concretizar, subscrevemos algumas das propostas de Peter Waterman (2002: 47) relativas ao “novo sindicalismo operário”, nomeadamente que:

- deve adoptar um modelo de organização dinâmico, descentralizado, horizontal, democrático e flexível;
- deve trocar o “modelo da ajuda”, pelo “modelo da solidariedade”, praticado em função das carências quotidianas dos trabalhadores (e não apenas dos seus líderes);
- deve ultrapassar as meras declarações de intenções, os apelos públicos e os congressos bem intencionados, para se traduzir em acções políticas concretas;
- deve articular com outros internacionalismos democráticos.

A evidência do potencial emancipatório das múltiplas lutas travadas a níveis local, nacional e internacional autoriza-nos a acreditar que é possível substituir o Consenso de Washington por um Consenso da Esperança, por um Consenso da Cidadania.

---

<sup>1</sup> O *Metical* foi fundado por Carlos Cardoso, tem cerca de 7 páginas no máximo e é distribuído por fax. Este jornal tem sido considerado o precursor do jornalismo de investigação em Moçambique e fundamental para o aprofundamento democrático no país. Carlos Cardoso iniciara a luta pela protecção da indústria do caju quando trabalhava no jornal *Mediafax*. Aquele jornalista foi barbaramente assassinado no dia 22 de Novembro de 2000, quando investigava vários casos de corrupção em Moçambique.

<sup>2</sup> Circunscrições territoriais conquistadas à administração colonial portuguesa, controladas pela FRELIMO durante a luta de libertação.



---

<sup>3</sup> O *Apartheid* da África do Sul vigorou até 1994; a independência da Namíbia foi alcançada em 1990; e o regime colonial rodesiano de Ian Smith caiu em 1980.

<sup>4</sup> Artigo 4.º da Constituição da República Popular Moçambique de 1975, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 11/78, de 15 de Agosto.

<sup>5</sup> Christie (1996: 135), diz que apenas entre os anos de 1974 e 1976, “cerca de 200.000 brancos e indianos abandonaram Moçambique”.

<sup>6</sup> Os princípios e normas de organização, funcionamento e gestão das empresas estatais foram, inicialmente, definidos pelo Decreto-lei n.º 17/77, 28 de Abril e, posteriormente, revogado pela Lei 2/81, de 30 de Setembro, que alterou a sua estrutura orgânica.

<sup>7</sup> Decreto n.º 24/76, de 17 de Junho.

<sup>8</sup> Formalmente instituídas pela Lei n.º 9/79, de 10 de Julho.

<sup>9</sup> Angola, Botswana, Lesoto, Malawi, Moçambique, Swazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabwe.

<sup>10</sup> Como veremos, o plano da vitória contra o subdesenvolvimento não foi implementado.

<sup>11</sup> A participação popular foi alargada com a implantação de Grupos Dinamizadores (GDs) - produto de um processo de transformação dos Comitês do partido FRELIMO criados durante a luta de libertação nas Zonas Libertadas - no sector produtivo. Em virtude sua génese, dos objectivos para que foram criados e do perfil dos seus membros, as duas figuras (GD e Conselhos de Produção) tendem a se confundir e a dissolver-se nas estruturas do partido Frelimo. Os GDs exerciam uma diversidade de funções político-administrativas; de administração da justiça; de mobilização para tarefas político-partidárias, para a segurança nacional, para a organização de processos de produção colectiva, para a execução de programas de educação (Chichava, 1999; Resolução sobre a organização dos Grupos Dinamizadores e Bairros Comunais, 1979).

<sup>12</sup> Esta expressão sugere que o partido Frelimo, o governo e o Estado confundem-se, não se discernindo com clareza os respectivos membros e os âmbitos de actuação de cada órgão.

<sup>13</sup> Como por exemplo, Organização da Mulher Moçambicana (OMM); Organização da Juventude Moçambicana (OJM); Organização da Criança Moçambicana.

---

<sup>14</sup> A Comissão Nacional de Preços, mediante proposta da Secretaria do Estado do Caju, fixava os preços a praticar pelos agricultores e pelos industriais.

<sup>15</sup> Nyerere afirma que o retorno a *ujamaa* (familyhood) é a base para a construção do socialismo africano, supostamente porque nas sociedades tradicionais africanas os indivíduos cuidam da comunidade e vice-versa, não havendo, por isso, lugar para a exploração (1967:166).

<sup>16</sup> Resistência Nacional de Moçambique. Não cabe neste trabalho analisar o processo de criação da RENAMO, nem a complexidade das relações este aquele movimento, África do Sul, Rodésia, Portugal e outros países ocidentais. Neste ponto pretendemos apenas mostrar que a guerra foi um determinante factor de desestabilização de Moçambique.

<sup>17</sup> As sanções tinham sido decretadas pelas Nações Unidas, como parte da pressão internacional para a independência de Zimbabwe.

<sup>18</sup> O Acordo de N`komati foi assinado em 1984. Preconizava, basicamente, o fim das agressões militares da África do Sul e do apoio deste país à RENAMO, em troca da retirada de apoio militar do governo moçambicano ao Congresso nacional Africano (ANC).

<sup>19</sup> O Decreto n.º 6/84, de 19 de Setembro autoriza a celebração do acordo entre Moçambique e o BM e FMI. Neste ano, como vimos, Moçambique assinou o Acordo de N`komati com a África do Sul, como sinal de abertura para o diálogo com o Ocidente.

<sup>20</sup> A este propósito, Mosca (1999: 137) diz que, por exemplo, os métodos coercivos constituíram excepções em Moçambique e representaram desvios às directivas existentes. Por outro lado, afirma que em zonas de guerra eram muito duvidosas as fronteiras entre a livre circulação e a obrigação de residir nas aldeias.

<sup>21</sup> Tratou-se de uma iniciativa do governo nos anos 80, que envolveu deslocações dos seus membros para os diferentes sectores produtivos e de organização social, no sentido de detectar os problemas de que o país enfermava e apontar soluções imediatas.

<sup>22</sup> Em Moçambique recebeu inicialmente o nome de Programa de Reabilitação Económica (PRE) e, posteriormente, Programa de Reabilitação Económica e Social (PRES). Obedeceu ao mesmo leque de medidas implementados noutros países periféricos: austeridade orçamental, as privatizações e a liberalização dos mercados.

---

<sup>23</sup> Os números referentes às empresas privatizadas não são coincidentes. Por exemplo, Cramer (2001: 1), citando dados da Unidade Técnica para a Reestruturação das Empresas, menciona 1400 empresas privatizadas, apenas nos anos 90.

<sup>24</sup> Hilmarsson, 1995.

<sup>25</sup> FOB - Free on Board: o exportador deve entregar a mercadoria, desembaraçada, a bordo do navio indicado pelo importador, no porto de embarque. Todas as despesas, até o momento em que o produto é colocado a bordo do veículo transportador, são da responsabilidade do exportador. Ao importador cabem as despesas e os riscos de perda ou dano do produto a partir do momento que este transpuser a amurada do navio.

<sup>26</sup> *Magazine For Development and Cooperation*, [http://www.inwent.org/E+Z/content/arquiv-eng/05-2005/foc\\_art1.html](http://www.inwent.org/E+Z/content/arquiv-eng/05-2005/foc_art1.html) (acedida no dia 23/05/2005)

<sup>27</sup> Repare-se, por exemplo, na alteração de uma estrofe do hino dos trabalhadores, carregada de simbolismo revelador da colagem ao projecto político da FRELIMO, partido do governo. Onde se dizia que se sindicatos venceriam as “manobras do imperialismo”, passou-se a cantar “manobras do patronato”.

<sup>28</sup> Vasconcelos (1996: 139-143) dá-nos exemplo de membros do governo que, no apogeu do período socialista, consideravam que a oposição de Moçambique era feita pela imprensa. O mesmo autor dá-nos conta que alguns números da revista *Tempo* viram a sua circulação interdita em Angola, por constituírem um «mau exemplo» do jornalismo crítico.

<sup>29</sup> Actualmente existem 16 jornais em Moçambique, sendo 3 do Estado (dois dos quais diários e um semanário). Nove dos jornais privados são diários, difundidos por fax. Os restantes são semanários.

<sup>30</sup> Carlos Cardoso teve um longo percurso no jornalismo moçambicano, chegando a ser director da Agencia de Informação de Moçambique (AIM).

<sup>31</sup> Associação dos Industriais do Caju.

<sup>32</sup> Sindicato Nacional dos Trabalhadores do Caju.

<sup>33</sup> Metical n.º 756, dia 19 de Junho de 2000.

<sup>34</sup> Metical n.º 697, dia 23 de Março de 2000.

<sup>35</sup> Metical n.º 763, dia 29 de Junho de 2000.

---

<sup>36</sup> Metical n.º 708, dia 12 de Abril de 2000.

<sup>37</sup> A UITA é uma organização sindical composta por 330 sindicatos de 124 países e conta com um total de 2.700.000 filiados.

<sup>38</sup> Metical n.º 978, dia 02.05.2001.

<sup>39</sup> Metical n.º 107, dia 25 de Novembro de 1997.

<sup>40</sup> Metical n.º 411, dia 10 de Fevereiro de 1999.

<sup>41</sup> Metical n.º 569, dia 23 de Setembro de 1999.

### Referências Bibliográficas

Abrahamsson, Hans; Nilsson, Anders (1995), *"The Washington Consensus" e Moçambique. A importância de questionar o modo de pensar ocidental sobre o processo de desenvolvimento do continente africano*. Maputo: Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais, Instituto Superior de Relações Internacionais.

Arthur, Maria José (2004), "Fantasmas que assombram os sindicatos: mulheres sindicalistas e as lutas pela afirmação dos seus direitos, Moçambique 1993-2000", in Boaventura de Sousa Santos (coord.) *Reconhecer para Libertar. Os Caminhos do Cosmopolitismo Multicultural*. Porto: Afrontamento, pp.293-326.

Assis, Abel (1997), "Movimento sindical em Moçambique: evolução e perspectivas". Maputo: Fundação Friedrich Ebert.

Brito, Luís (2001), "O Poder Entre a Utopia e a Realidade", in António Sopa (Ed.), *Samora, Homem do Povo*. Maputo: Maguezo Editores, pp. 39-46.

Chichava, José A. C. (1999), *Participação comunitária e desenvolvimento. O caso dos Grupos Dinamizadores em Moçambique*. Maputo: INLD.

Christie, Iain (1996), *Samora, Uma Biografia*. Maputo: Ndjira.

Colaço, João Carlos (1991), "Organização dos Trabalhadores de Moçambique - OTM". <http://www.ifcs.ufrj.br/lps/acervo/boletins/boletim10-5.html> (acedido no dia 26.09.2005)

Comissão de Implementação dos Conselhos de Produção - CICP (1977), *Resoluções do IV Plenário dos C. P. sobre reestruturação dos sectores e estruturas de produção*. Maputo: Partido FRELIMO.

---

Cramer, Christopher (2001), "Privatisation and Adjustment in Mozambique: a 'Hospital Pass'?", in *Journal of Southern African Studies*, Volume 27, Number 1, pp. 79-103.

Dinerman, Alice (1999), "O surgimento dos antigos régulos como "chefes de produção" na província de Nampula (1975-1987)". *Estudos Moçambicanos*, número 17. Maputo: Centro de Estudos Africanos, Universidade Eduardo Mondlane, pp. 94-256.

DNPET - Direcção Nacional de Planificação e Estatísticas do Trabalho (2005), "Boletim de Estatísticas do Trabalho-2004". Maputo: Ministério do Trabalho.

Egerö, Bertil (1992), "Moçambique. Os Primeiros Dez Anos de Construção da Democracia". Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique (Estudos 8).

Fauvet, Paul; Mosse, Marcelo (2004), *É proibido pôr algemas nas palavras: Carlos Cardoso e a Revolução Moçambicana*. Maputo: Ndjira.

Francisco, António (2003), "Reestruturação económica e do desenvolvimento de Moçambique", in Boaventura Sousa Santos; João Carlos Trindade (orgs.), *Conflito e Transformação Social: Uma paisagem das justiças em Moçambique*. Porto: Afrontamento, pp. 141-178.

Geffray, Christian (1991), *A Causa das Armas em Moçambique. Antropologia da Guerra Contemporânea de Moçambique*. Porto: Afrontamento.

Gentili, Ana Maria (1999), *O Leão e o Caçador. Uma História da África Sub-sahariana dos séculos XIX e XX*. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique.

Graça, Machado da (1996), "Liberdade de informação", in Fátima Ribeiro; António Sopa (Coord.), *140 Anos de Imprensa em Moçambique*. Maputo: Associação Moçambicana de Língua Portuguesa, pp. 177-190.

Hamela, Hipólito (2003), *Moçambique: economia de mercado ou socialismo do capital?*. Maputo: Ndjira.

Hanlon, Joseph (1984), *Mozambique: the revolution under fire*. London: Zed Books.

Hanlon, Joseph (1996), *Paz sem benefício. Como o FMI bloqueia a reconstrução de Moçambique*. Maputo: Imprensa Universitária, Universidade Eduardo Mondlane (colecção Nosso Chão).

Hilmarsson, Hilmar T. (1995), *Cashew Pricing and Marketing in Mozambique*. Maputo: World Bank Working Paper.

Leite, Joana Pereira (1999), "A guerra do caju e as relações Moçambique-Índia na época pós-colonial". Lisboa: CesA (Documentos de Trabalho n.º 57).

Disponível em [http://pascal.iseg.utl.pt/~cesa/files/DocTrab\\_57.pdf](http://pascal.iseg.utl.pt/~cesa/files/DocTrab_57.pdf) (acedido no dia 04.05.2005).

- 
- Lima, Fernando (1996), "A imprensa e a democratização", in Fátima Ribeiro; António Sopa (Coord.), *140 Anos de Imprensa em Moçambique*. Maputo: Associação Moçambicana de Língua Portuguesa, pp. 191-198.
- Machungo, Mário da Graça (1977), "Nos Conselhos de Produção, reforça-se a consciência de classe", in CICP, *Resoluções do IV Plenário dos C. P. sobre reestruturação dos sectores e estruturas de produção*. Maputo: Partido FRELIMO, pp. 63-67.
- McMillan, Margaret; Rodrik, Dani; Welch, Karen Horn (2002), "When economics reform goes wrong: cashew in Mozambique". Massachusetts: NBER Working Paper n.º 9117, <http://www.nber.org/papers/w9117> (acedido no dia 04.05.2005).
- Mondlane, Eduardo (1995), *Lutar por Moçambique*. Maputo: Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane.
- Mosca, João (1999), "A experiência Socialista em Moçambique (1975 - 1986)". *Estudos e Documentos 4*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Nyerere, Julius (1967), "Ujamaa - The Basis of African Socialism", in *Freedom and Unity. Hururu na Umoja*. Dar es Salaam: Oxford University Press, pp 162-171.
- Pitcher, M. Anne (2002), *Transforming Mozambique. The Politics of Privatization, 1975-2000* (coleção *African Studies*). UK: University of Cambridge.
- Saul, John (1994), "O Estado da FRELIMO: da revolução à recolonização". *Boletim do Arquivo Histórico de Moçambique*, n.º 15, pp. 4-42.
- Santos, Boaventura de Sousa (2000), "Carlos Cardoso", Publicado na *Revista Visão*. <http://www.ces.fe.uc.pt/opiniao/bss/008en.php> (acedido no dia 04.07.2005).
- Santos, Boaventura de Sousa (org.) (2004), *Trabalhar o Mundo. Os Caminhos do Novo Internacionalismo Operário*. Afrontamento: Porto
- Vasconcelos, Leite de (1996), "Algumas reflexões sobre a imprensa pós-independência", in Fátima Ribeiro; António Sopa (Coord.), *140 Anos de Imprensa em Moçambique*. Maputo: Associação Moçambicana de Língua Portuguesa, pp. 139-143.
- Wallerstein, Immanuel (1974), *O sistema-mundo moderno I. A agricultura capitalista e as origens da economia-mundo europeia no século XVI*. Porto: Edições Afrontamento.
- Waterman, Peter (2002), "O internacionalismo operário na era de Seattle", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 62, pp. 33-68.